



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: ____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 11 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 2 DE JUNHO DE 2017.**

Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e dezassete, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Proc. N.º MB - 15/2017: “Requalificação Urbana do Centro de Salvador” – Decisão sobre Erros e Omissões; -----

2. Proc. N.º MB - 22/2016: “Execução de Infraestruturas da 1ª Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Penamacor” – Autorização para Celebração de Adicional ao Contrato; -----

3. Proc. N.º MB - 29/2016: “Requalificação Urbana do Acesso ao Cimo de Vila” – Pedido de Prorrogação de Prazo; -----

4. Zona Balnear do Meimão - Classificação de Empreendimento turístico no espaço rural na classificação Casas de Campo; -----

5. Adenda ao Contrato de Cessão de Exploração dos equipamentos da Albufeira da Ribeira de Meimoa; -----

6. Projeto de “Emparcelamento Simples”- Proposta de aprovação submetida à Câmara por Sara Rodrigues Borges dos Reis; -----

7. Projeto de “Emparcelamento Simples”- Proposta de aprovação submetida à Câmara por João Emanuel Silva em representação de Maria do Céu Silva Marques; -----

8. Projeto de “Emparcelamento Simples”- Proposta de aprovação submetida à Câmara por Pedro Manuel Carreto Pires João; -----

9. Preçário – Termas da Fonte Santa – Águas; -----

10. Aprovação de minuta de protocolo entre o Município de Penamacor e EDP Distribuição – Energia, S.A. -----

11. Procedimento para Aquisição de Gasóleo – Correção de Erros e Omissões;

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

12. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo e Ilídia Alves Cruchinho Lélé comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariat. -----

O senhor vereador Pedro Miguel Naves Folgado não compareceu à reunião por motivos pessoais, considerando-se a falta justificada. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram quinze horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 17 de maio do ano de dois mil e dezassete, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

O Sr. Presidente António Soares para cumprimento do disposto no nº 4 do artigo 49º da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2017, entregou aos senhores vereadores informação da celebração/renovação dos contratos de aquisição de serviços, documento anexo à presente ata, ficando a fazer parte integrante da mesma. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – PROC. N.º MB – 15/2017: “REQUALIFICAÇÃO URBANA DO CENTRO DE SALVADOR” – DECISÕES SOBRE ERROS E OMISSÕES. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Estando a decorrer o prazo para apresentação de propostas no procedimento de formação de contrato de empreitada mencionado em epígrafe, o concorrente, António Lourenço, Lda., apresentou lista de erros e omissões. Sobre a mesma pronunciou-se a empresa responsável pela execução do projeto, ENAQUE – Engenharia e Arquitectura, Lda.. Com base nos esclarecimentos assim prestados, pronunciou-se o júri do procedimento nos termos que constam da respetiva ata, que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante. -----

Em consequência da aceitação de alguns dos erros identificados pelo concorrente, verifica-se que o preço base não sofre qualquer alteração. -----

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 61.º, n.º 3, do CCP, a apresentação da lista de erros e omissões por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas, desde o termo do quinto sexto (5/6) daquele prazo, até à publicitação da decisão sobre a lista de erros e omissões. -----

Posto isto, propõe-se à Câmara Municipal que delibere o seguinte: -----

1. Aceitar e rejeitar os erros e omissões identificados pelo concorrente António Lourenço, Lda., em conformidade com a proposta do júri e nos termos da respetiva ata e mapa anexo, que se fundamentam nos esclarecimentos do projetista, ao abrigo da competência prevista no n.º 5 do artigo 61.º do CCP. No mesmo mapa são identificados os termos do suprimento dos erros e omissões aceites, em conformidade com o n.º 6 do mesmo artigo 61.º. -----

2. Retomar o prazo de contagem para apresentação das propostas, que foi oportunamente suspenso nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do CCP”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

2 – PROC. N.º MB – 22/2016: “EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DA 1ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE



Livro: ____/____
Folha: ____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

PENAMACOR” – AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE ADICIONAL AO CONTRATO. -----

A Senhora Vereadora Ilídia Cruchinho comunicou ao órgão executivo o seu impedimento no âmbito do assunto agendado, com fundamento na alínea b) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo, ausentando-se então da sala onde decorreu a reunião. -----

O Executivo, aprovou por unanimidade a declaração de impedimento. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor Chefe de Divisão de Obras, Eng.º Raúl Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira que se transcreve: -----
“Compete à Câmara Municipal nos termos da alínea b) nº 1 do artigo 18.º do Decreto – Lei nº 197/99, de 8 de junho, autorizar a celebração do adicional da empreitada “Execução de Infraestruturas da 1.ª Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Penamacor”, uma vez que o preço base foi superior a € 149 639,37. -----

O Valor estimado da despesa é de € 10 327,73 resultante de trabalhos a mais, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, no montante de € 619,66, a que corresponde um valor global de despesa de € 10 947,39. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente propostas, que dela fazem parte, nomeadamente: Informação nº 173/2017, de 23/mai./2017, acompanhada da respetiva Ficha do Compromisso. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

Autorização para realização de despesa cujo preço contratual será de € 10 327,73; -----

Autorização para notificar o adjudicatário para a realização dos trabalhos e prestação de caução no valor de € 516,39 (5% do preço contratual); -----

Determinar o envio de cópia dos elementos do processo à Sr.ª Oficial Pública, para providenciar a elaboração da minuta do contrato adicional para aprovação.

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

A aprovação em minuta, da presente decisão, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”. ----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

A Senhora Vereadora Ilídia Cruchinho regressou à sala de reuniões. -----

3 – PROC. N.º MB – 29/2016: “REQUALIFICAÇÃO URBANA DO ACESSO AO CIMO DE VILA” – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor Chefe de Divisão de Obras, Eng.º Raúl Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira que se transcreve: -----

“Nos documentos anexos a esta proposta constam o pedido de prorrogação formulado pelo empreiteiro e o parecer da Fiscalização. -----

Considerando que o órgão competente para decidir assuntos relacionados com esta empreitada é a Câmara Municipal, proponho que seja deferido o pedido de prorrogação ao prazo contratual por mais 72 dias nas seguintes condições: ----

1 - A data de conclusão da empreitada passa a ter lugar no dia 18/08/2017; ----

2 - O empreiteiro não terá direito a qualquer indemnização para reposição do equilíbrio financeiro do contrato, por agravamento dos custos na realização da obra previsto no artigo 354º do Código dos Contratos Públicos, por extensão do período de mobilização do estaleiro, ou outra; -----

3 - A prorrogação, para efeitos de revisão de preços, é considerada como graciosa, sendo considerado o cronograma financeiro anteriormente aprovado.

4 - O empreiteiro poderá estar sujeito ao pagamento de despesas relativas à Fiscalização da empreitada para além da data de término do contrato da prestação de serviços”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

4 – ZONA BALNEAR DO MEIMÃO – CLASSIFICAÇÃO DE EMPREENDIMENTO TURÍSTICO NO ESPAÇO RURAL NA CLASSIFICAÇÃO CASAS DE CAMPO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“De acordo com o n.º 2 do artigo 30.º do Decreto - Lei n.º 39/2008, de 7 de março com as alterações introduzidas pelo Decreto – Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro, o pedido de concessão de autorização de utilização para fins turísticos, deve ser submetido à Câmara Municipal. -----

A auditoria de classificação, para os empreendimentos turísticos em espaço rural deve ser realizada pela Câmara Municipal, conforme previsto no artigo 36.º do já citado diploma. -----

Sendo o Município de Penamacor proprietário do aproveitamento turístico designado por “Zona Balnear de Meimão”, tendo este município necessidade de aditar, por força do aumento de unidades de alojamento, mais duas unidades de alojamento – quatro quartos, o competente título de autorização de utilização para fins turísticos, tipologia de turismo no espaço rural, com a classificação de CASA DE CAMPO, sujeita ao Decreto – Lei n.º 39/2008, de 7 de março com as alterações introduzidas pelo Decreto – Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro, que estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos e à Portaria n.º 937/2008, de 20 de agosto que estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural. -----

Assim, considerando o teor do Auto de vistoria anexo à presente proposta, que dela faz parte. -----

PROPÕE-SE QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE: -----

A atribuição da classificação de empreendimento turístico, tipologia de turismo no espaço rural, com a classificação de CASA DE CAMPO, com a capacidade de 5 unidades de alojamento, com 10 camas fixas para alojar 30 pessoas, bar como instalação de apoio, parque de merendas, parque infantil, instalações de

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

apoio à prática balnear e parque de estacionamento; no entanto de acordo com o n.º 2 do artigo 8.º do Decreto - Lei n.º 39/2008, de 7 de março com as alterações introduzidas pelo Decreto – Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro, podem ser instaladas camas convertíveis desde que não exceda o número de camas fixas. O empreendimento manterá o nome de “ZONA BALNEAR DE MEIMÃO”; -----

Mais se propõe que a deliberação seja aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o processo”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

5 – ADENDA AO CONTRATO DE CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA ALBUFEIRA DA RIBEIRA DE MEIMOA. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Por contrato celebrado em 31 de julho de 2015 e no seguimento de procedimento adequado, foi cedida a exploração das instalações situadas na margem direita da Albufeira da Ribeira da Meimoa, propriedade do Município de Penamacor, integradas na zona de aproveitamento turístico (ATARM), compostas por Receção/Bar, 3 Bungallows e instalações sanitárias, sendo cessionária Ana Paula Madeiras. Em novembro de 2015 o Município instalou no local mais dois bungallows, os quais passaram a integrar a unidade turística. Desde fevereiro de 2016 que a cessionária se encontra também a explorar os dois bungallows, os quais não estavam previstos no contrato de cessão e representam, por isso, uma alteração superveniente às condições do contrato. Importa regularizar a situação mediante alteração ao contrato de cessão de exploração para inclusão dos ditos equipamentos. Em consequência da alteração ao contrato vigente, impõe-se corrigir também o valor anual proposto e devido pela cessionária e com efeitos retroativos a fevereiro de 2016, tendo em conta que aumentaram as unidades objeto de exploração turística. Assim,



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

mediante acordo entre as partes, passará a ser devido pela cessionária o pagamento do valor anual de €2.182,56 apurado com base no peso percentual relativo que os dois bungalows, agora na adenda, tiveram relativamente ao total do investimento. -----

Nestes termos, proponho à Câmara Municipal que delibere, no uso da competência prevista na alínea ee) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a alteração por adenda ao contrato de cessão de exploração em vigor, nos termos do documento que se anexa e para todos os efeitos faz parte integrante da presente proposta, aqui se dando por reproduzido”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6 – PROJETO DE “EMPARCELAMENTO SIMPLES” – PROPOSTA DE APROVAÇÃO SUBMETIDA À CÂMARA POR SARA RODRIGUES BORGES DOS REIS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“De acordo com os termos da informação 27/DO-OPPOT, tomando em conta o disposto na Lei 111/2015 de 27 de Agosto nos termos do seu Artigo 9º, tendo em consideração que é o Município territorialmente competente quem aprova os projetos/propostas de “Emparcelamento Simples”, iniciativa dos proprietários interessados; tomando ainda em conta que o projecto/proposta apresentada à consideração do município pode ser entendida como uma forma de melhoramento da estrutura fundiária com reflexos no âmbito do uso do solo, potenciando o desenvolvimento da estrutura produtiva; segundo uma economia de escala relativa ao seu potencial uso agrícola e dado que tal prática encontra acolhimento no Regulamento do Plano Diretor Municipal, segundo os seus



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

artigos 2º, 15º e 20º; acha-se possível propor a aprovação da ação de emparcelamento pretendida. -----

Não se encontraram quaisquer condicionantes à ação pretendida, sejam de carácter regulamentar do P.D.M; resultantes de planos especiais de ordenamento do território ou outras entendidas como restrições de utilidade pública e servidões administrativas. O projeto/proposta não contradiz o disposto na portaria 219/2016 de 9 de Agosto quanto a “áreas mínimas de cultura”; estando na linha do objetivo pretendido na mesma. -----

Desta forma ponderados todos os aspetos inerentes ao projeto/proposta de emparcelamento em apreço, propõe-se a aprovação da mesma nos termos da informação 27/DO-OPPOT, acima referida, aprovando igualmente a minuta de certidão que se inclui na mesma a qual será o documento de confirmação do ato a fornecer ao requerente”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

7 – PROJETO DE “EMPARCELAMENTO SIMPLES” – PROPOSTA DE APROVAÇÃO SUBMETIDA À CÂMARA POR JOÃO EMANUEL SILVA EM REPRESENTAÇÃO DE MARIA DO CÉUSILVA MARQUES. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“De acordo com os termos da informação 28/DO-OPPOT, tomando em conta o disposto na Lei 111/2015 de 27 de Agosto nos termos do seu Artigo 9º, tendo em consideração que é o Município territorialmente competente quem aprova os projetos/propostas de “Emparcelamento Simples”, iniciativa dos proprietários interessados; tomando ainda em conta que o projeto/proposta apresentada à consideração do município pode ser entendida como uma forma de melhoramento da estrutura fundiária com reflexos no âmbito do uso do solo, potenciando o desenvolvimento da estrutura produtiva; segundo uma economia

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

de escala relativa ao seu potencial uso agrícola e dado que tal prática encontra acolhimento no Regulamento do Plano Diretor Municipal, segundo os seus artigos 2º, 15º e 20º; acha-se possível propor a aprovação da ação de emparcelamento pretendida. -----

Não se encontraram quaisquer condicionantes à ação pretendida, sejam de carácter regulamentar do P.D.M; resultantes de planos especiais de ordenamento do território ou outras entendidas como restrições de utilidade pública e servidões administrativas. O projeto/proposta não contradiz o disposto na portaria 219/2016 de 9 de Agosto quanto a “áreas mínimas de cultura”; estando na linha do objetivo pretendido na mesma. -----

Desta forma ponderados todos os aspetos inerentes ao projeto/proposta de emparcelamento em apreço, propõe-se a aprovação da mesma nos termos da informação 28/DO-OPPOT, acima referida, aprovando igualmente a minuta de certidão que se inclui na mesma a qual será o documento de confirmação do ato a fornecer ao requerente”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

8 – PROJETO DE “EMPARCELAMENTO SIMPLES” – PROPOSTA DE APROVAÇÃO SUBMETIDA À CÂMARA POR PEDRO MANUEL CARRETO PIRES JOÃO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“De acordo com os termos da informação 29/DO-OPPOT, tomando em conta o disposto na Lei 111/2015 de 27 de Agosto nos termos do seu Artigo 9º, tendo em consideração que é o Município territorialmente competente quem aprova os projetos/propostas de “Emparcelamento Simples”, iniciativa dos proprietários interessados; tomando ainda em conta que o projeto/proposta apresentada à consideração do município pode ser entendida como uma forma de



Livro: ____/____
Folha: ____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

melhoramento da estrutura fundiária com reflexos no âmbito do uso do solo, potenciando o desenvolvimento da estrutura produtiva; segundo uma economia de escala relativa ao seu potencial uso agrícola e dado que tal prática encontra acolhimento no Regulamento do Plano Diretor Municipal, segundo os seus artigos 2º, 15º e 20º; acha-se possível propor a aprovação da ação de emparcelamento pretendida. -----

Não se encontraram quaisquer condicionantes à ação pretendida, sejam de carácter regulamentar do P.D.M; resultantes de planos especiais de ordenamento do território ou outras entendidas como restrições de utilidade pública e servidões administrativas. O projeto/proposta não contradiz o disposto na portaria 219/2016 de 9 de Agosto quanto a “áreas mínimas de cultura”; estando na linha do objetivo pretendido na mesma. -----

Desta forma ponderados todos os aspetos inerentes ao projeto/proposta de emparcelamento em apreço, propõe-se a aprovação da mesma nos termos da informação 29/DO-OPPOT, acima referida, aprovando igualmente a minuta de certidão que se inclui na mesma a qual será o documento de confirmação do ato a fornecer ao requerente”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

9 – PREÇARIO – TERMAS DA FONTE SANTA - ÁGUAS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pela senhora vereadora da câmara que se transcreve: -----

“Cabe à Câmara Municipal, ao abrigo da competência atribuída pela alínea ee) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, gerir instalações, equipamentos e serviços integrados no património municipal. -----

Por outro lado, constitui competência da Câmara Municipal fixar os preços pela prestação de serviços ao público de serviços municipais, conforme resulta da alínea e) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____ / ____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Assim, propõe-se que seja deliberado manter para 2017 o preçário em anexo que contém os preços a cobrar pelos vários serviços a prestar nas Termas da Fonte Santa, situadas na localidade de Águas. O documento faz parte da presente proposta e dá-se por integralmente reproduzido”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

10 – APROVAÇÃO DE MINUTA DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENAMACOR E EDP DISTRIBUIÇÃO – ENERGIA, S.A. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pela senhora vereadora da câmara que se transcreve: -----

“Considerando as atribuições municipais em matéria de energia, de acordo com a previsão da alínea b) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho à Câmara Municipal que delibere aprovar a celebração com a EDP Distribuição – Energia SA, do Protocolo que se anexa a presente proposta e para todos os efeitos se dá por reproduzido”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

11 – PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE GASÓLEO – CORREÇÃO DE ERROS E OMISSÕES. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pela senhora vereadora da câmara que se transcreve: -----

“Estando a decorrer o prazo para apresentação de propostas no procedimento de formação de contrato para aquisição de gasóleo (SAP 01/2017), foram identificados erros e omissões por dois interessados. De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 61.º do CCP, com a apresentação da lista de erros e omissões foi suspenso o prazo fixado para a apresentação das propostas,

Ref.ª _____
Data: ____ / ____ / ____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

desde o termo do quinto sexto (5/6) daquele prazo, até à publicitação da decisão sobre a aceitação ou não dos erros e omissões. -----

Com base nos esclarecimentos prestados pelo responsável pela elaboração das peças do procedimento, pronunciou-se o júri nos termos que constam da respetiva ata, que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante. ----

Assim, proponho à Câmara Municipal que delibere, nos termos propostos pelo júri na respetiva ata, aceitar os erros e omissões identificados pela interessada Petróleos de Portugal, SA., e, em consequência: -----

I – Promova a correção da cláusula 22^a que integra o anexo I ao Caderno de Encargos do Procedimento, a qual passará a ter a seguinte redação: -----

Cláusula 22.^a -----

Especificações Contratuais -----

1. *Ao longo da execução do contrato, o preço a pagar pelo gasóleo rodoviário é o que resulta da aplicação da seguinte regra:* -----

$VF = [PPLC - (PPLC \times D) \times 1.23] \times V$ -----

Em que: -----

VF - corresponde ao valor de fatura -----

PPLC corresponde ao preço por litro indicado no dia do fornecimento (entenda-se dia da entrega no depósito do Município), deduzido o valor do IVA, ou o preço do litro de gasóleo obtido de harmonia com o enunciado na proposta da entidade adjudicatária e a que se referem as alíneas b) e c) do n.º 12.1 e no n.º 10.5 do Programa do Concurso. -----

D - corresponde à percentagem do desconto efetuado sobre o preço unitário do litro de gasóleo s/IVA constante da proposta adjudicada -----

1.23 - corresponde à taxa do IVA em vigor -----

V - quantidade de litros fornecidos -----

2. O adjudicatário obriga-se a ter em dia ou a contrair, todos os seguros necessários e obrigatórios para a execução do fornecimento objeto do presente procedimento. -----



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

3. O gasóleo rodoviário é entregue e descarregado pelo adjudicatário no depósito subterrâneo propriedade da Câmara Municipal, localizado no Sítio da Cardoso, com uma capacidade de 20.000 m³. -----
4. Os serviços de carga, transporte e abastecimento no local da entrega deverão cumprir todas as normas de segurança previstas na legislação em vigor. -----
5. Todos os valores indicados nos documentos instrutórios do presente procedimento são arredondados à terceira casa decimal. -----

II – Promova a correção do conteúdo do nº 19 do Programa de Procedimento no sentido de clarificar que o “mais baixo preço” é o correspondente ao desconto percentual mais elevado, eliminando-se a expressão “desconto unitário fixo” -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

12 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 4.034.740,49 euro e uma despesa também acumulada de 3.361.584,10 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

-

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram quinze horas e quarenta e cinco minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. –

Ref.^a _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares

Ref.^a _____
Data: ____/____/____